



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0944/14	DATA: 24/07/2014	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões.	INÍCIO: 11h28min	TÉRMINO: 12h39min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA - Capitão de Fragata Chefe do Departamento de Desenvolvimento do Laboratório Farmacêutico da Marinha do Brasil. Testemunha de defesa do Deputado André Vargas, do PT.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento da testemunha Paulo Ricardo de Souza e Souza.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há orador não identificado em breve intervenção.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Declaro aberta a reunião ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Tendo em vista a impossibilidade de o Presidente deste Conselho, Deputado Ricardo Izar, presidir esta reunião, e na ausência dos dois Vice-Presidentes, exercerei essa função em conformidade com o art. 40 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Expediente.

Em relação ao Processo nº 14 de 2014, Representação nº 26 de 2014, informo que foi protocolada neste Conselho, em 16 de julho de 2014, a defesa escrita do Deputado Luiz Argôlo — as cópias estão nas pastas.

Informo também que foram recebidas respostas das Juntas Comerciais de São Paulo e da Bahia, a fim de identificar e localizar as testemunhas arroladas pelo Relator, Deputado Marcos Rogério.

Esclareço que foi protocolado neste órgão resposta da Diretoria-Geral desta Casa à solicitação do Relator, Deputado Marcos Rogério, com as indicações de passagens aéreas emitidas pelo gabinete do Deputado Luiz Argôlo.

Com relação ao Processo nº 13 de 2014, Representação nº 25 de 2014, em desfavor do Deputado Andre Vargas, informo o seguinte:

- Conforme diligência solicitada pelo Deputado Júlio Delgado referente às agendas dos Ministros e dos Diretores do Ministério da Saúde, comunico que, apesar de diversos contatos com aquele Ministério no intuito de agilizar o recebimento da resposta, até o momento não obtivemos nenhum retorno;

- Comunico também que foi enviado o quarto convite para as seguintes testemunhas de defesa prestarem seus esclarecimentos:

1) Enio Verri — Deputado Estadual —, que respondeu sugerindo os dias 6 ou 13 de agosto de 2014.

2) Prefeito Altair Zampier, que comunicou que está de licença médica, sem condições de sugerir nova data para sua oitiva.

3) Sr. José Roberto Vezozzo. Conforme definido na reunião passada, foram enviados questionamentos em 21 de julho, segunda-feira, solicitando resposta até 25 de julho de 2014.

4) Luiz Gustavo Flores, que ratificou o fato de ser advogado do Sr. Alberto Youssef, solicitando o cancelamento da oitiva por estar impedido.



Os advogados, em 18 de julho, substituíram o Sr. Luiz Gustavo Flores pelo Sr. João dos Santos Gomes Filho.

5) Sr. Alberto Youssef. Foi solicitada, pela segunda vez, ao Juiz Sérgio Moro autorização para realização de videoconferência com o Sr. Youssef. O Juiz informou que não se opunha, contanto que este Conselho entrasse em contato com os advogados do réu e se confirmasse que a testemunha não permaneceria em silêncio.

O convite foi feito aos advogados em 18 de julho.

Em resposta, confirmaram que o Sr. Alberto Youssef fará uso de seu direito constitucional ao silêncio.

Foram enviados convites às seguintes testemunhas substituídas:

Sr. João dos Santos Gomes Filho, que respondeu que estará no exterior com a família, estando à disposição após o dia 5 de agosto;

Sr. Denir Campos, que respondeu informando que não comparecerá por não conhecer o Deputado Andre Vargas; e

Sr. Paulo Ricardo de Souza e Souza, que confirmou presença para esta reunião.

Informo que em 21 de julho o Deputado Júlio Delgado solicitou que fossem sugeridas três datas para que o Deputado Andre Vargas escolhesse uma para a realização de sua oitiva: 24 de julho, que é esta reunião, ou 28 ou 29 de julho, próxima semana.

Ordem do dia.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva do Sr. Paulo Ricardo de Souza e Souza, Capitão de Fragata e Chefe do Departamento de Desenvolvimento do Laboratório Farmacêutico da Marinha, testemunha arrolada pela Defesa do Deputado Andre Vargas no Processo nº 13 de 2014, Representação nº 25 de 2014.

Registro a presença dos advogados do Deputado Andre Vargas, Dr. Michel Saliba e Dr. Marcus Gusmão.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Paulo Ricardo de Souza e Souza.  
(Pausa.)

Indago se o senhor está acompanhado de advogado.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva da testemunha, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

A testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe defeso qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução, conforme dispõe o inciso I do art. 12.

Inicialmente será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que S.Exa. entender necessário.

Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao Representado, ou ao seu advogado constituído, conforme dispõe o art. 12, inciso III.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos improrrogáveis para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica.

Será concedido aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, ou 5 minutos, conforme dispõe o art. 12, inciso VI.

O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator, conforme dispõe o art. 12, incisos VII e VIII.

Para atender as formalidades legais, será firmado pela testemunha termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura:

*“Termo de compromisso.*

*Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 13/14, Representação nº 25/14, da Mesa Diretora, instaurado em desfavor do Deputado Andre Vargas, do PT do Paraná.*

*Sala das reuniões, 24 de julho de 2014.*

*Assina: Paulo Ricardo de Souza e Souza.”*

A testemunha já assinou o termo.



Passo a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Saúdo o Sr. Presidente, os Srs. Membros do Conselho, os amigos Gusmão e Saliba, advogados de defesa do Representado, o Sr. Paulo Ricardo, a quem agradeço pela presença. Sei que, diferentemente de outros funcionários públicos, o representante da Marinha do Brasil, convocado como testemunha, colocou-se diferentemente de funcionários públicos que temos até no Legislativo e em outros órgãos, que colocaram dificuldades. Quero agradecer a sua presença aqui, quiçá para esclarecer alguma coisa. Também tenho muita indagação a fazer a respeito do relacionamento do seu nome como testemunha. Mas, como V.Sa. foi arrolado pela Defesa, a gente tem que convidá-lo e lhe agradecer a presença.

Vou fazer algumas preliminares, como eu sempre faço, para depois passar a algumas indagações, que serão poucas a V.Sa., e são de praxe deste nosso Conselho, não têm nada a ver com o depoimento, que farei depois.

Eu gostaria de esclarecer a todos do Conselho que, se for para juntada, até porque a gente encerra a instrução no próximo dia 29, se for o caso, se os membros, os pares deste Conselho quiserem, até para formular... Porque surge uma dúvida muito grande. Quando nós fazemos pedidos de informação a qualquer órgão público — o assessor da Marinha aqui sabe disso —, a qualquer Ministério, nós como Parlamentares, num pedido de informação a respeito de um assunto qualquer, há um prazo de 30 dias para esse órgão poder fazer, e quem encaminha esse pedido ao órgão do Executivo é o 1º Vice-Presidente. Ele é o encarregado, cargo inclusive já exercido pelo Deputado Andre Vargas. Eu fiz aqui neste Conselho um pedido da agenda do Ministério da Saúde, das Diretorias do Ministério da Saúde no mês de junho. Quem assinou o ofício encaminhado ao Ministério da Saúde foi o Presidente da Casa, não foi nem o 1º Vice-Presidente. Vou ler aqui, porque acho importante:

*“O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, na instrução probatória do processo em epígrafe, vem realizando reuniões para ouvir o depoimento de pessoas que possam esclarecer fatos relacionados às denúncias apresentadas pelos Partidos PSDB, DEM E PPS. Tais oitivas não bastam, no entanto, à instrução.*”



*Solicito a V.Exa.” — encaminhado pelo Presidente Henrique Eduardo Alves — “a gentileza de postular junto ao Sr. Ministro da Saúde que envie a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a pedido do Relator, Deputado Júlio Delgado, COM A MÁXIMA URGÊNCIA, cópias das agendas dos Ministros e dos Diretores, informação relativa às autoridades, políticos, empresários e demais pessoas físicas que foram recebidas em audiência pelos titulares da Pasta (Ministro e ex-Ministro) da Saúde e demais Diretores, sobretudo o Secretário de Ciência e Tecnologia (e Insumos Estratégicos) do Ministério, Carlos Augusto Gadelha, e o Diretor do Departamento do Complexo Industrial e de Inovação em Saúde, Eduardo Jorge Valadares, no período de agosto de 2013 aos dias atuais.”*

Esse pedido foi encaminhado em 1º de julho ao Ministério. A gente não teve sequer resposta do Ministério, ainda, sobre uma simples agenda de recebimento de autoridades no Ministério da Saúde desde esse dia. É importante esclarecer isso aqui.

Há também um ofício encaminhado pelo Presidente, depois um convite nosso, do Presidente Deputado Ricardo Izar, às testemunhas. Eu gostaria de ler a resposta do senhor, dada máxima vênias ao Dr. Saliba e ao Dr. Gusmão, porque a palavra aqui, naquele dia, com a ausência... A gente coloca pelo respeito que temos — eles sabem disso — ao Dr. Batochio, que diz que a oitiva na substituição de dois outros nomes pelo Sr. Denir e pelo Sr. Paulo Ricardo foi feita porque eram imprescindíveis os depoimentos deles. O Sr. Denir diz o seguinte:

*“Em atenção ao Ofício supra, gostaria de consignar que sinto muito honrado pelo convite para contribuir na condição de Testemunha de Defesa no Processo (...) instaurado contra o Deputado Andre Vargas, por quebra de decoro parlamentar.*

*No entanto, nada posso contribuir e/ou esclarecer no tocante ao objeto ao Processo em comento, posto que,*



*DESCONHEÇO o Deputado André Vargas, assim como o teor da representação que pesa contra o mesmo.*

*Consigno ainda que, é dispendioso demais o deslocamento até Brasília-DF, para comparecer ao Plenário 14 da Câmara dos Deputados na data de 23 (...), nos termos do Ofício Convite.*

*Sendo assim, **requeiro dispensa do encargo de testemunha de defesa** em que fui arrolado, **por absoluto desconhecimento dos fatos que pesam sobre o Deputado André Vargas e de sua pessoa, eximindo-me de prestar qualquer outro esclarecimento sobre o caso, pedindo minha exclusão definitiva do feito.***

*Na oportunidade, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e ao Deputado Ricardo Izar, subscritor do Ofício Convite.*

*(...)*

*Aparecida-SP, 16 de julho de 2014.”*

Assina o Sr. Denir de Campos, Coordenador Operacional da Arquidiocese de Aparecida, que, num gesto que a gente até desconhece, ele simplesmente dispensa, de forma peremptória, a participação, por desconhecer o caso, o processo e o próprio Deputado Andre Vargas, como testemunha.

Eu quero então, mesmo tendo a comunicação do Sr. Enio Verri e do outro Prefeito, formalmente aqui deixar consignado que a gente possa, porque são testemunhas arroladas pela Defesa, reiterar o convite a eles. Abrimos novas datas também para o Representado, Deputado Andre Vargas, se ele quiser, no momento em que quiser, nos dias 28 e 29, na parte da manhã ou na parte da tarde, porque, no dia 29, como a gente tem que cumprir o prazo do Código de Ética e Decoro Parlamentar para encerramento da improrrogabilidade deste prazo de 40 dias, nós vamos, no dia 29, encerrar a instrução.

Então, eu já peço ao Presidente em exercício que marque definitivamente uma reunião clara para o dia 29, na parte da tarde, e, se algumas dessas



testemunhas confirmarem a presença, que se refaça o convite a elas, e nós aqui estaremos, inclusive o Deputado Andre Vargas, entre hoje e o dia 29, em qualquer horário que for possível.

Estas seriam as questões introdutórias, antes de a gente passar particularmente à oitiva do Sr. Paulo Ricardo.

Eu gosto de chamar as pessoas pelo nome direto. Se V.Sa.... É mais Paulo ou mais Ricardo?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Paulo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Só para fins de registro, Paulo, o senhor poderia declarar o seu nome e o seu posto lá na Marinha.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Capitão de Fragata Farmacêutico, Paulo Ricardo Souza e Souza, Chefe do Departamento de Desenvolvimento.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Chefe do Departamento de Desenvolvimento.

**O Sr. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Cargo puramente técnico.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor tem conhecimento destes fatos da representação interposta pelo PSDB, Democratas e PPS contra o Deputado Andre Vargas?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor sabe por que foi arrolado como testemunha do Deputado Andre Vargas?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Como é que funciona o seu Departamento? Há alguma interlocução com o Ministério da Saúde? Como é o funcionamento disso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - A interlocução é técnica. A gente manda relatórios de algumas parcerias, coisas desse tipo. São técnicos do Ministério da Saúde.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Em algum momento desse procedimento todo, da relação técnica entre os Ministérios, chegou a V.Sa., a você, Paulo, o caso da Labogen, como orientação ou como indicação, para que pudesse o laboratório trabalhar ou desenvolver algum trabalho para vocês?



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim. A Labogen procurou o Diretor, isso lá atrás, com um projeto para desenvolver o sildenafil, o citrato de sildenafil, porque era o IFA junto com a EMS, num projeto de parceria para o desenvolvimento produtivo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quando surgiu essa relação da Labogen com o Ministério da Marinha? O senhor lembra? Pode precisar o período?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Eu acho que se iniciou, se não me engano, em junho de dois mil e... Eu não tenho certeza, não sei precisar, não, mas acho que foi em junho de 2013... Não sei.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Em junho de 2013?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Por aí. Sinceramente, não sei precisar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quem é o Comandante Diniz?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Era o antigo Diretor do Laboratório Farmacêutico da Marinha.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Até quando ele foi Diretor?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Ele foi Diretor até 14 de fevereiro, aproximadamente, até meio de fevereiro de 2014, deste ano.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor ou outra pessoa do Ministério da Marinha ou do Laboratório da Marinha teve contato com alguém falando em nome da Labogen?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - A Labogen procurou, como eu falei, o Diretor, para apresentar essa parceria. Foram pessoas da Labogen ao Laboratório, foi feita uma reunião para...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Mas foram técnicos, ou o senhor sabe dizer se foram os diretores da LABOGEN?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Exclusivamente nessa reunião havia uns diretores da Labogen.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quais são as exigências que o Laboratório Farmacêutico da Marinha faz aos seus parceiros como garantia do funcionamento, por exemplo, do desenvolvimento? Como é que é esse procedimento técnico e burocrático de relação que a Marinha exige para desenvolver esse... Parece que é um...



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Citrato de sildenafil.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Isso.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Na verdade, era um medicamento para hipertensão arterial pulmonar e também, o de 50 miligramas, para a síndrome de Raynaud e para impotência masculina.

Normalmente a gente vê a viabilidade de a empresa produzir. A Labogen foi até lá, mostrou que tinha licença para o funcionamento, tinha toda a rota de síntese de desenvolvimento desse produto, o sildenafil. O EMS, que é o laboratório privado parceiro, já tinha o registro desse produto. Então, a Marinha avaliou que a parceira seria viável. Seria dado um tempo para a Labogen tirar as licenças e o CBPF, já que ela já tinha o local e... Tirar a licença não, tirar a autorização, já que ela já tinha a licença. Com isso, mostrando todo o DMF, que é o arquivo-mestre da droga, toda a rota de síntese, com tudo, produzir não seria difícil, já que ela tinha o contato com os intermediários, já tinha fornecido 25 quilos... Então, naquele momento, não se viu nenhuma dificuldade para produzir o sal por parte da Labogen. Posteriormente seriam feitas visitas *in loco*, porque essas parcerias do Ministério, elas são acompanhadas trimestralmente. Por isso nós enviamos o projeto para o Ministério, que ratificou, com a nota técnica, todos esses problemas, dando um prazo de 90 dias para que a Labogen se adequasse àquilo que ainda faltava, que seria a autorização de funcionamento e o CBPF.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E quando foi feita essa parceria com a Labogen? Em junho de 2013 começou, mas ela foi...?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. A parceria... A nota técnica, se eu não me engano, é de final de novembro.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Final de novembro.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - É de novembro a nota técnica do Ministério, e efetivamente, a partir da nota técnica... Porque o projeto vai para o Ministério, o Ministério faz uma avaliação...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O Ministério da Saúde.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O Ministério da Saúde.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O Ministério da Saúde é que encaminha para vocês.



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, ele faz a avaliação do projeto. Você manda um projeto, ele chega lá, faz a avaliação de viabilidade, valores, preço, quantitativo, tudo, e emite uma nota técnica e faz um termo de compromisso, que é assinado pelo nosso Diretor. E eles fizeram a avaliação, constataram que era viável, diminuíram o quantitativo mas acharam viável, e aprovaram a parceria com a Marinha, dando um prazo de 90 dias para a Labogen se adequar àquilo que faltava, no caso a licença e o CBPF.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Sa. sabe me dizer se esse convênio com o Ministério da Saúde, se esse contrato foi suspenso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Por quê?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O que acontece? Informar o porquê do detalhe eu não sei. Eu posso inferir que foi por causa de todo o problema que saiu na mídia e tudo. Mas chegou para a gente suspender a parceria. O Ministério pediu para suspender a parceria, porque, como eu informei, a gente manda relatórios trimestrais. Ele pediu para suspender, e nessa hora a gente para de pedir informações para o parceiro privado e a PDP fica estagnada. Foi suspensa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Sa. também sabe me informar se já foi concluída essa apuração no Ministério da Saúde?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O Ministério da Saúde fez uma comissão preliminar de investigação. Já saiu a conclusão, sim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E qual foi a conclusão? O senhor sabe?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - A conclusão é que a parceria foi feita de acordo com o que é preconizado pela Portaria nº 837, que estabelece as PDPs, as Parcerias para Desenvolvimento. Ela foi de acordo com o que foi. Só que sugeri também outras coisas: que se mudasse o parceiro e que, se fosse possível, continuasse a parceria, já que o produto é estratégico para o SUS. A nota técnica mesmo diz que está havendo um desabastecimento do de 20 miligramas, que é para hipertensão arterial pulmonar, e, em contrapartida, está havendo um crescimento dessa doença. E aí pediu que o Laboratório Farmacêutico pudesse continuar a parceria, buscando outro parceiro farmoquímico que não a Labogen.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor conhece o Deputado Andre Vargas? Teve algum contato com ele?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Nunca viu?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Nunca vi.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não conhece?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor conhece o Sr. Alberto Youssef?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - No dia em que foram os diretores da Labogen, no dia da concretização lá, em junho, que o senhor disse, o senhor sabe dizer quem eram os diretores que estavam lá da Labogen? Conhece?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim. Sim porque, na verdade, teve uma... Foi o Sr. Leonardo e o Sr. Pedro alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Pedro Argese?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Isso. Exatamente isso.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor já ouviu falar do Sr. Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - João Mauro Boschiero?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Matheus Oliveira dos Santos, ou Marcus Cezar Ferreira de Moura?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Até vir à tona isso aí, o senhor sabia que a Labogen, essa empresa que estava fazendo interlocução no Ministério da Marinha, uma empresa de 24 mil reais de folha salarial, uma empresa de 18 funcionários, estava evadindo de divisas 31 milhões de dólares para o exterior?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Que ela era usado pelo Sr. Alberto Youssef para fazer esse procedimento? O senhor sabia disso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não tinha nenhum conhecimento disso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Nenhum conhecimento.

Eles apresentaram os documentos técnicos, a rota de síntese, tudo. A minha avaliação foi estritamente técnica. Eu desconhecia isso. A gente não foi nesse...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Diante desses fatos todos, quando surgiu essa questão da LABOGEN, o senhor julga que foi esse o motivo do rompimento do contrato ou da alegação da troca, pelo Ministério da Saúde, para que fosse apresentada uma outra empresa para fazer os medicamentos que o Ministério da Marinha solicitava?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Acredito que sim, não é? Eu acho que...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Você tem mais alguma coisa a esclarecer nesse processo que possa nos auxiliar?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sinceramente, não, senhor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu gostaria de agradecer a sua contribuição para a Defesa e deixar a oportunidade para os colegas aqui do Conselho.

Realmente, volto a dizer, só reiterando a parte técnica, que agradeço, dentro daquilo que é possível, a contribuição que pode ser prestada, sabendo que o seu trabalho é eminentemente técnico dentro do Ministério da Marinha. Agradeço não só à instituição por V.Sa. estar aqui prestando um ofício como funcionário, servidor deste País.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Passo a palavra à Defesa. Pois não, Dr. Michel Saliba.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Exmo. Sr. Deputado Izalci Lucas, que preside esta sessão, eminente Deputado Júlio Delgado, Relator, Srs. Deputados que integram



este Conselho de Ética, nobre testemunha Capitão de Fragata Sr. Paulo Ricardo DE Souza, servidores da Câmara dos Deputados e imprensa que nos acompanha, saúdo a todos e também ao meu colega aqui de bancada.

Antes de adentrar propriamente às perguntas que eu tenho a dirigir a V.Sa., eu gostaria de ponderar, para que ficasse registrado em ata, que, com todas as vênias ao Relator, Deputado Júlio Delgado, o exercício da ampla defesa a que nós nos propusemos e que estamos fazendo, ele busca um norte e uma conduta absolutamente lógica. A Defesa está longe de ser esquizofrênica. Então, se as testemunhas foram arroladas é porque objetivo há em alguns dos depoimentos para que a verdade seja esclarecida. Não necessariamente uma testemunha precisa conhecer o acusado — isto é regra básica dos bancos acadêmicos para qualquer aluno de introdução à ciência do Direito. O fato de ele desconhecer o acusado não deixa, não diminui, axiologicamente, o conteúdo do seu testemunho.

É óbvio que a testemunha aqui presente foi arrolada porque, se um dos pontos da acusação contra o Deputado é o fato de ele supostamente ter advogado administrativamente interesse de um laboratório, a Labogen, e se esse laboratório firmou convênio com o Ministério da Marinha, nada mais natural, lógico e necessário para a Defesa que um Capitão respeitado da Marinha, cidadão de carreira, que respeita a sua farda, venha aqui expor a questão técnica desse convênio.

O Deputado Júlio Delgado esgotou praticamente as perguntas, dentro da sapiência e experiência que costuma demonstrar, restando à Defesa, então, poucas perguntas, de modo que...

Ainda antes de adentrar, e eu peço escusas a V.Sa. pelo alongado, a Defesa também justifica, até porque a publicidade desta situação é necessária, que o fato de a acusação trazer nuclearmente o ponto de que o Deputado Andre Vargas tinha relações com o doleiro obriga a Defesa a demonstrar que, perante a sociedade brasileira, o Sr. Alberto Youssef era visto, até o momento da deflagração da operação, como um empresário, isto pelo próprio magistrado que decretou a sua prisão, porque ele era testemunha colaboradora do Ministério Público e notadamente colaboradora daquela vara federal em lavagem de dinheiro, como delator em vários e vários processos. Então, já há muitos anos o Sr. Alberto Youssef gozava de prestígio, tanto que tem, em Aparecida do Norte, um hotel de nome Web Hotel. Segundo informações da própria imprensa brasileira, à qual temos que dar



todo o crédito, e tanto se dá o crédito que esta representação só se desencadeou por notícias da imprensa e não por um único documento, mas por notícias da imprensa... Respeitando-se a matéria trazida pela grande mídia nacional é que essa testemunha da Arquidiocese de Aparecida foi arrolada: *“Olha, Sr. Denir Campos, a Igreja Católica, a Arquidiocese de Aparecida, faz negócio com o doleiro ou não faz?”* Mas ele não quis vir aqui dizer isso, porque, se o doleiro é sócio da Igreja e supostamente Alberto Youssef é doleiro, e não empresário, então ele enganou a Igreja. Se a igreja não conseguiu detectar, com todo o seu corpo jurídico, cânones do direito que atuam em favor, ela que está em todas as entranhas da sociedade com a melhor das intenções, é claro, não conseguiu detectar que ele, Alberto Youssef, era um doleiro, que dirá o Deputado Andre Vargas teria que saber, ou um outro Deputado que porventura tenha tido qualquer espécie de contato com ele. Daí a razão de ter arrolado essas duas testemunhas.

Repito que a defesa não é esquizofrênica. A defesa segue uma linha lógica e busca esclarecer os fatos sem açodamento, sem prazos peremptórios, porque isso sem dúvida nenhuma prejudica a ampla defesa.

Eu gostaria de saber de V.Sa., nobre testemunha, se V.Sa. presenciou algo de irregular, algo de anormal, na condução desse convênio firmado.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Ele tramitou de modo diferenciado de outros convênios colaboratórios que a Marinha tenha firmado antes?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, na parte que me cabe, na parte técnica, não.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Sim ou não?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, porque eu, na verdade, trabalho com a parte técnica. Não foi a tramitação para fora.

**O SR. MICHEL SALIBA** - A parte técnica é muito importante aqui, até para avaliar o conteúdo desse convênio. V.Sa. poderia dizer se esse convênio tem um objeto positivo para a sociedade brasileira, o objeto desse convênio, o desenvolvimento desse medicamento.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, porque o medicamento faz parte da lista de medicamentos estratégicos do SUS. Então, é interessante sim para o SUS ter esse medicamento.



**O SR. MICHEL SALIBA** - O senhor já disse que não conhece o Deputado Andre Vargas, não falou...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MICHEL SALIBA** - ...em relação a essas perguntas. Eu gostaria de saber se o senhor, em algum momento, mesmo não o conhecendo, recebeu algum telefonema do Deputado Andre Vargas, pedindo celeridade, pedindo tratamento diferenciado para esse convênio, recebeu algum telefonema, algum pedido do Deputado.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Certo. Eu não sei se o meu colega de bancada tem alguma pergunta. Da minha parte, eu encerro as perguntas e insisto mais uma vez, porque o Relator já pediu isso ao Ministério da Saúde e esse é realmente um problema aqui. Os atos do Conselho de Ética não têm poder, parece que não têm poder vinculante. Além de não ter poder convocatório da testemunha, uma solicitação não tem poder vinculante. É muito difícil, no entendimento da defesa, concluir sem auditoria, se não há auditoria. Mas quero reiterar a V.Exa., Sr. Presidente, que, se possível, a conclusão dessa auditoria viesse.

Agradeço a testemunha, sempre rogando as mais afetuosas vênias ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator e aos nobres Deputados do Conselho.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu tenho só dois questionamentos, mas eu quero esperar os colegas, se alguém tiver algum questionamento a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Pergunto aos Deputados se querem fazer alguma... Pediria ao Deputado Cesar para assumir a Presidência, para que eu possa fazer algumas indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cesar Colnago) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci, para que possa fazer as suas indagações.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Perguntaria ao Sr. Paulo: V.Sa. é técnico?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas o entendimento dessa reunião dos diretores da Labogen foi feito não diretamente com V.Sa., mas com a direção?



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, a primeira reunião... Na primeira não, na reunião que teve lá eu estava presente. O diretor chama a parte técnica para a gente avaliar se existe, mas eu estava presente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem é o diretor que...?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Foi o diretor anterior, o Capitão de Mar e Guerra Almir Diniz de Paula.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ah, o Diniz. Ele era... V.Sa. era subordinado a ele ou não?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem é o atual diretor?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O atual diretor é Helder Daniel Badiani.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nessa reunião, ou após essa reunião, V.Sa. percebeu se houve, por parte do diretor, um pedido especial, para que agilizasse o processo ou para que dessem algum tratamento especial?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não percebi nada, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quando esse convênio é feito, a Marinha, o laboratório chega a visitar as instalações, confere se o parceiro tem condições técnicas de executar tudo isso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, mas o que acontece? Dependendo da disponibilidade. Elas são agendadas, entendeu?, e nós vamos visitando à medida que temos disponibilidade de recursos e coisas desse tipo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Até aquele momento vocês...

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não tinha sido feita a visita.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vocês não visitaram a empresa? Não conheciam a empresa?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. Estava programada. Conhecia, porque...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só atrás dos documentos?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Dos documentos. Exatamente. Atrás dos documentos. Mas estava programada uma visita para lá já em maio, que não ocorreu por causa do problema que a gente sabe.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Da suspensão?



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Sa. ou o diretor tem conhecimento de que alguém do Ministério conhecia as instalações dessa empresa, da Labogen?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. Não sei. Pelo menos eu não tive essa informação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A Labogen é uma empresa antiga, que participou inclusive da questão dos genéricos há muito anos. Ela chegou a pegar financiamento do FINEP, e quebrou. Praticamente ficou quebrada, tanto é que o Sr. Leonardo, que é sócio, e o seu sócio, do qual não lembro o nome, que era inclusive frentista de um posto de gasolina, eles assumiram essa empresa com um débito, se não me falha a memória, de 54 milhões de dólares de dívida.

Então, pelas operações que a gente detectou não só aqui, mas também em outros..., o que a gente percebe é que a Labogen era uma indústria familiar que quebrou, e a estratégia do Youssef, o doleiro, era exatamente comprar essas empresas quebradas, colocar laranjas, e usá-las para importação e exportação de fictícias, de injeção, e para transferência de recursos. Tanto é que essa própria Labogen chegou a importar e exportar inclusive joias, coisa que não tem nada a ver com a área.

Então, no Ministério, ninguém chegou a tomar conhecimento dessa empresa?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. Isso eu não posso afirmar. Por que o que acontece? O projeto executivo é enviado para lá, eles avaliam também, eu não sei se eles chegaram a fazer diligência ou alguma coisa na empresa. Eles avaliaram...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Os sócios, ninguém... O Ministério não chegou a verificar se os sócios dessa empresa..., qual era a... Porque a informação que eu tenho, até o Leonardo até esteve aqui em depoimento, é que ele nunca foi da área farmacêutica, o que não o impede evidentemente de ser sócio da empresa, mas, de qualquer forma, o Ministério, quando assinou esse convênio, não chegou a verificar a idoneidade ou a capacidade desse laboratório, da Labogen? Vocês entram especificamente na área técnica e pronto?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não sei informar. Não sei informar.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vocês já recebem a determinação para fazer o produto e pronto, para analisar o produto, não entram no mérito da instituição?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - É. Eu vejo a parte técnica. Ele mostrou um dossiê...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas alguém superior do Ministério faz essa verificação ou não? O diretor do departamento de V.Sa. chega avaliar a empresa, quem são os donos, os proprietários, se a empresa funciona ou não, se já funcionou, como está o *status quo* dela naquele momento?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, a gente vê só na ANVISA. A gente vê se a empresa está ativa na Vigilância, se tem a licença. E ela tinha sido tecnicamente inspecionada pela Vigilância Sanitária local. Há pouco tempo, saiu a licença de funcionamento, que eles continuam mandando. Agora...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quanto a essa questão de verificação da capacidade de produção, da capacidade de viabilidade econômica da empresa, se realmente ela tem ou não condição de produzir, nesse aspecto o Ministério da Marinha não entra? Só na parte técnica e de laboratório?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Eu só vi a parte a técnica.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas a sua diretoria, o departamento, você não sabe se...

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. O meu departamento, não. Não sei se a direção do laboratório entrou para fazer essa parte. Mas eu...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Entendi.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - A gente se prende à parte técnica para saber se a empresa tem a capacidade de produzir aquele IFA, porque esses projetos de parceria dão um tempo para internalizar a fabricação do IFA., entendeu? Então, mesmo que, naquele momento, a empresa não tenha a capacidade, se ela mostrar que pode trazer, que pode nacionalizar a produção desse IFA, ela se enquadra numa parceria, na PDP. O laboratório tem outras parcerias com outras empresas nacionais e que estão fabricando ainda...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Agora, o pedido para análise vem do Ministério da Saúde? Vocês recebem a demanda do Ministério da Saúde?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. O Ministério da Saúde...



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A iniciativa... Quando a empresa quer produzir esse produto, ela procura vocês ou vai ao Ministério da Saúde?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, a empresa procura... O que acontece? Eu não posso falar do Ministério da Saúde porque eu não sei. Mas procura o laboratório da Marinha, apresenta o projeto, e o laboratório da Marinha manda esse projeto para o Ministério. Como eles sabem, por exemplo, se o sildenafil seria interessante para o Ministério? Porque tem uma portaria — antes era a de nº 978, passou para a de nº 1.284, e agora acho que é a de nº 3.089 — que vai atualizando os produtos que são estratégicos para o SUS. Entendeu? Tem 1A, 1B, tem uns que são... Então, esses produtos são do interesse do Ministério.

Então, normalmente nós somos procurados para fazer parceria em cima desses produtos, que é justamente para nacionalizar a produção, quer dizer, verticalizar a produção, desde o IFA até o produto, para diminuir custos e oferecer esses produtos para a população a um preço módico.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A Marinha tem um laboratório que faz realmente a análise para o Ministério... Vocês têm um convênio com o Ministério da Saúde, e vocês são os certificadores, alguma coisa assim, no sentido de aprovar ou não, ou dizer da viabilidade ou não para o Ministério da Saúde? O Ministério da Saúde não tem isso, essa análise?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, tem... Deixa-me explicar. Nós somos um laboratório farmacêutico, nós produzimos medicamentos. Temos outros convênios com o Ministério da Saúde, convênios para tuberculose e outros convênios.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Certo.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Quando a gente vai oferecer PDP, que são Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, que são desses produtos que estão elencados na Portaria nº 3.089, nós mandamos para o Ministério um projeto executivo dessa parceria. Chegando lá... São mandados vários projetos executivos. Esse que foi aprovado, do sildenafil...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Paulo, deixe-me interrompê-lo, porque eu estava com uns questionamentos e esse era um deles. Então, para complementar.



Quando V.Sa. colocar que manda para o Ministério... Eu ia lhe perguntar: qual a função dos laboratórios da PDP? Você começou a explicar isso. Como tem um público e privado, como é que entra o privado nisso? A gente manda para o Ministério? Eu queria que você declarasse assim — para a gente poder entender, porque tinham me feito essas indagações aqui —: “...para o Ministério da Saúde, para o Ministério da Marinha...” Quando você colocar assim, coloca para a gente saber de qual área você está falando, para a gente entender.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que eu queria saber é o seguinte: Por exemplo, eu tenho uma empresa que quer produzir remédios. Eu procuro o Ministério da Saúde ou procuro o Ministério da Marinha? Ou ele foi ao da Saúde, e o da Saúde: “Vá lá na Marinha que tem um laboratório, e tal...” É assim que funciona? Onde é que dá entrada nessa questão de produção de medicamentos?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Deputado, olha só, eu não sei se ele foi à Saúde, mas eu poderia, por exemplo,...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Normal. Qual o procedimento normal?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O procedimento normal é eu saber, por exemplo, que tem a Portaria nº 3.089, que tem elencado ali os produtos que são de interesse estratégico para o SUS.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso. O.k. Eu quero produzir... Eu te procuro ou procuro...?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Exatamente. Eu tenho a possibilidade de produzir o IFA tal, no caso da Labogen, que é uma farmoquímica, ou, se eu for a um laboratório farmacêutico privado, eu tenho condições de transferir a tecnologia para o laboratório público de um produto “x”. Então ele procura o laboratório da Marinha. O laboratório da Marinha, vendo a viabilidade, envia para o Ministério da Saúde o projeto executivo. Significa que essa parceria vai ser efetivada? Não. O Ministério da Saúde vai analisar, ver a viabilidade do projeto, ver se é de interesse do Ministério, se vai baixar custos, se vai ser possível centralizar a compra desse produto no Ministério. Após ver isso tudo, ele vai dar o parecer. Por meio de uma nota técnica ele diz: “Ó, aí não..”. O que acontece? Quando a gente manda para lá, o diretor do laboratório ainda vai lá, ao Ministério, para defender esse projeto. “Ó, vamos fazer assim, assim”. Depois disso, o Grupo Executivo do



Complexo Industrial da Saúde, que é o GESIS, vai avaliar e, por uma nota técnica, vai dizer se concorda ou não com a parceria.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Além do Leonardo e do Pedro, nessas conversas, no Ministério, no laboratório de vocês, teve mais alguém, mais algum técnico ou mais algum funcionário da Labogen que participou dessas conversas? Qual o nome dele?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim. Aí, já no âmbito técnico, a gente conversava, trocava *e-mails*, até mesmo para pedir documentos, pedir o arquivo mestre de produção e documentos de licença, essas coisas, com Maurício Sigion ou Saggion, e com a Dra. Vera, que é a responsável. Essas eram as pessoas que forneciam os documentos técnicos, quando foram solicitados após a efetivação da nota técnica pelo Ministério.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Você se lembra de ter ouvido falar do Sr. Milton...

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não lembro, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - ...que é consultor? Fez algum projeto, participou de alguma reunião?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Pela Labogen, não. Não. Não conheço, não. Na verdade, só teve uma reunião. Depois que saiu a nota técnica, as tratativas foram por *e-mails*, acertando o projeto executivo e mandando.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Desse tipo de laboratório que certifica, como o da Marinha, tem outras instituições que são credenciadas, que fazem essa mesma coisa para levar para o Ministério? Para efeito do SUS.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Eu sei. O senhor está falando dentro da Marinha?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não. Existe outro, além da Marinha?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim. Sim. Todos os laboratórios públicos. Todos os laboratórios públicos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Que avalia a questão do SUS? Se tem na cidade ou não e tal?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Todos os laboratórios públicos nacionais são incentivados a promover essas parcerias, para poder desenvolver se os medicamentos são estratégicos para o SUS. Todos. Inclusive, eu



fiquei até sabendo pela imprensa que o Labogen apresentou outras parcerias com outros parceiros. Agora, a nossa foi a que foi aprovada, digamos assim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Você teve conhecimento de qual outra parceria que eles fizeram, com qual instituição?

**O SR. PAULO DE SOUZA E SOUZA** - Não sei. Sinceramente, não sei. Eu soube disso pela imprensa. Não sei nem se isso é verídico, na verdade.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k., Sr. Presidente. Eu só quero registrar o seguinte: eu sei que tem que ter o direito de defesa e tal, agora, seria muito importante, nessa questão das testemunhas que foram arroladas, que decidissem se vêm ou não, para a gente não ficar nessa questão. A gente vê que tem muita... Eu acho que a defesa poderia dar uma olhada nesses testemunhos que ainda estão pendentes, para ver se a gente consegue ouvi-los, para fecharmos esse relatório, porque estamos num período difícil. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Posso concluir com o Dr. Paulo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cesar Colnago) - Antes de o nosso Relator falar, passo a Presidência ao Deputado Izalci. Também tenho perguntas a fazer.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então vou aguardar o Deputado Cesar Colnago, para depois a gente fechar, não é, Paulo?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Com a palavra ao Deputado Cesar Colnago.

**O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO** - Primeiro, quero cumprimentar a testemunha representante da Marinha e dizer do carinho que temos pela Marinha.

Fiquei ouvindo as indagações. Qual é o principal objetivo de a Marinha ter um laboratório? Qual é a missão desse laboratório?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O laboratório visa atender ao Sistema de Saúde da Marinha, no tocante aos medicamentos, e também à população brasileira. A gente produz medicamentos...

O que acontece? A função do laboratório público é regular mercado, tem uma série de funções, entendeu?. No caso específico da Marinha, é atender ao Sistema de Saúde da Marinha e à população brasileira. Nós mandamos vários medicamentos para as mais distantes Prefeituras do nosso País, porque a gente consegue oferecer com baixo custo. E o que acontece? Há medicamentos, Deputado, que não são de



interesse da iniciativa privada, como isoniazida e pirazinamida. O senhor não encontra isso numa farmácia. Vai encontrar, sim, produzido por um laboratório público. Então, essa é a função do laboratório público. No caso, a Marinha tem alguns produtos que a gente faz tanto para a Marinha quanto para o laboratório. A função é basicamente essa.

**O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO** - E ele existe há quanto tempo?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O laboratório tem 108 anos. Existe desde 1906. Na verdade, vai fazer 108 anos em 14 de novembro.

**O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO** - Eu estive visitando uma experiência exitosa e muito importante, que não faz parte aqui, evidentemente, da nossa interrogação, mas, naqueles projetos ribeirinhos, aqueles medicamentos são vocês que produzem e, no convênio com o SUS, ele paga e vocês repassam à população? Essa é uma das funções do laboratório?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Isso, alguns produtos nossos chegam exatamente para aquelas populações carentes.

**O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO** - Agora, tenho a impressão — aí a gente falando mais para a defesa — de que, com muito respeito ao nosso representante da Marinha, quer dizer, você não teve nenhum acesso, na verdade, a não ser na análise eminentemente técnica, aos procedimentos — o Izalci já perguntou, mas eu quero ressaltar — de velocidade dessa análise, de prioridade dessa análise, ou até de um certo, entre aspas, “privilégio”, se existiria, em relação a essa avaliação de vocês para essa parceria.

Você não tem contato com esses procedimentos administrativos, o senhor é eminentemente técnico de avaliação da capacidade desse laboratório de produzir e fazer o convênio com vocês?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Isso. Dentro do laboratório da Marinha, eu percebi que não teve nada de diferente das outras parcerias. Agora, a aprovação da parceria ocorre no Ministério da Saúde. Esse eu não posso falar se teve alguma coisa. Acredito num... Entendeu? No laboratório, ocorreu dentro do normal, celeridade normal, padrão da Marinha.

**O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO** - O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Deputada Rosane Ferreira.



**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Quero fazer apenas uma pergunta: a substituição do Capitão de Mar e Guerra Diniz nada teve a ver com o caso Labogen? Eles substituem por conta de uma rotina dentro da Marinha?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, já estava prevista a substituição, anterior a qualquer escândalo que aconteceu.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Está o.k. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Indago se o Relator deseja fazer mais algum questionamento.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Diante disso aí que o Paulo nos explicou, ficaram algumas dúvidas aqui que eu lhe perguntei, e você não tinha informação. Quando eu te perguntei se você conhecia o Comandante Diniz, você falou que ele era o superior, o diretor lá do..

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Ele era na época o Diretor do Laboratório Farmacêutico da Marinha.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu te perguntei se você conhecia o Pedro Argese, que, em depoimento à Polícia Federal, disse que tinha sido indicado pelo Eduardo Jorge a ser procurado no Laboratório de Farmácia da Marinha para viabilizar a parceria. Esse Comandante Diniz — o senhor tem conhecimento disso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Por favor, repita.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O Eduardo Jorge, que era o diretor de um órgão do Ministério da Saúde, você conhece?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Certo, de um complexo. Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Falou para esse Pedro Argese, que o senhor falou que foi um dos diretores que teve lá pela Labogen, procurar o Comandante Diniz para viabilizar a parceria. Isso é um depoimento à PF. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Só para ficar mais esclarecido ainda, porque você conseguiu ajudar... Nos laboratórios públicos que você diz, mas na função das PDPs que foram criadas, têm sempre um laboratório público em parceria com um privado?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, senhor.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - A entrada dos laboratórios privados, no caso dessa parceria, seja o laboratório maior, EMS, ou a Labogen, que é um laboratório menor, essa indicação dos laboratórios que entram na parceria não é feita por vocês? Nas PDPs é feita?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, é feita porque a gente manda o projeto executivo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Certo. E aí eu gostaria de saber se o Ministério da Marinha é órgão que faz... No caso, são vocês da parte da técnica é que fazem a verificação da capacidade produtiva, uma verificação *in loco* para conhecer esses laboratórios privados? A Marinha faz isso ou não?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - A Marinha faz isso, sim. No caso específico do Labogen, o que acontece? A gente faz isso, faz um cronograma de visitas, porque a gente não pode, não tem condições de ir toda hora lá, mas a gente faz um acompanhamento documental e marca o cronograma de visitas. Por exemplo, nós já fomos à EMS e em outros parceiros nossos. A EMS também era parceira numa outra PDP.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - A EMS é um laboratório muito maior, privado.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Isso. Nós visitamos a Cristália, as farmoquímicas, porque, no caso, a Labogen não é um laboratório, é uma farmoquímica, no caso dessa parceria. E aí a gente costuma ir também às farmoquímicas. No caso, não tivemos tempo de ir à Labogen.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não foram?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não fomos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não conheciam uma instalação, como é que funcionavam a Labogen. Vocês não fizeram nenhuma verificação?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, nós verificamos que ela estava ativa na ANVISA, documental.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Na ANVISA. Foi a única verificação documental.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Documental.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Presencial ou sob funcionamento vocês não fizeram?



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, ela estava agendada, mas não chegou a ocorrer por conta da situação.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Uma última indagação: todo esse procedimento que V.Sa., que o amigo colocou aqui é um procedimento: tem verificação, tem checagem documental, tem isso tudo. Esse prazo para celebração dessa parceria, que, como V.Sa. mesmo disse, começou num contato, em junho de 2013...

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - É.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - ...foi encaminhado para ser celebrado em novembro de 2013...

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Certo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - ...sem ainda a visita à Labogen, e só foi denunciado porque veio à tona em fevereiro. Eu quero saber se esse prazo é o prazo comum da celebração de suas parcerias. Nesse prazo de 6 meses dá para fazer isso tudo que você falou aqui?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Deputado, em junho, eles procuraram — foi o primeiro contato —, mas não deram prosseguimento a isso; depois, eles voltaram lá. O que acontece? Num primeiro momento, foi visto que estavam faltando algumas coisas. Eles corrigiram, trouxeram DMF, alguma coisa e aí, num segundo momento, foram feitos novos contatos e, em novembro, enviaram para lá.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Para lá onde?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Enviado para o Ministério da Saúde. O projeto executivo foi feito e enviado em novembro. E aí aconteceria a visita um pouco mais para frente. Agora, o porquê que talvez não... A gente tem dificuldade para ir a São Paulo visitar, tem dificuldade para essas coisas, entendeu?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sim.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Então, a gente ia aproveitar uma feira que teve em São Paulo, que é a FCE Pharma — estava programado —, para visitar a Labogen e uma outra farmoquímica parceira nossa. Acabou acontecendo essa visita na NPA. Não aconteceu a da Labogen por causa do problema da suspensão da... mas ela aconteceria. O tempo não é o tempo que a gente gostaria. O ideal era você fazer hoje e visitar, mas nem sempre é possível.



Agora, o projeto executivo começa — se o senhor for ver no detalhamento técnico — com o IFA. Primeiro, a gente vai ter uma transferência. A transferência de tecnologia só acontece do parceiro privado EMS para o laboratório; não tem nada com a Labogen. A Labogen só vai entrar, teoricamente, a farmoquímica, só entra produzindo IFA, e não é no primeiro ano da parceria. Ela entra produzindo IFA... No caso da Labogen, como ela já tinha toda a estrutura, entra no segundo ano da parceria. Outras farmoquímicas só entram no terceiro para o quarto ano. Então, tem tempo para você ir na parceria...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O que é IFA?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Insumo Farmacêutico Ativo; seria o pó do sildenafil, o princípio ativo. Entendeu? É isso que ele vai fornecer nessa parceria.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E aí vocês, tecnicamente, não têm nada a ver com isso. Eu só lhe pergunto: o fato de essa... Eu queria ver, por exemplo: uma parceria feita entre vocês com qualquer outro laboratório, em qualquer outro período, para que isso começasse a operacionalizar, aconteceria em quanto tempo? No fato da entrada, como vocês fizeram com a EMS, da Labogen, que tinha documentação, você disse: *“Faltou alguma coisa, eles vieram depois para complementar”*.

Ah, e aí vocês não conseguiram fazer a visita; tinham agendado para a feira fazer a visita, e aí surgiu esse problema todo, essa denúncia toda. Eu pergunto: você acha que o procedimento com esses laboratórios, mesmo entrando através da EMS — ele não entrava diretamente —, está num prazo razoável ou você sentiu que houve uma celeridade nesse processo? Já que ela ia prestar um serviço 2 anos depois da celebração da parceria, por que essa pressa toda para entrada da Labogen nesse procedimento todo? Ou para poder fazer parte, celebrar um acordo, algo que ainda estava para ser aprovado, mas não tinha tido a visita de vocês?

De certa forma, você está me dizendo que... Eu não entendo nada disso, mas o que eu posso julgar é que o procedimento é um procedimento mais demorado. Eu não consigo imaginar, se amanhã eu constituo uma empresa farmacêutica lá em Minas Gerais e faço um contato com vocês, que eu vou ter isso aprovado em 3 meses, 4 meses. Pelo que você está me colocando, é toda uma burocracia correta de laboratório público ou privado, celebrado entre dois



Ministérios. E um entrou e de repente estava com um contrato enorme, sendo que não tinha nem a verificação *in loco*, por parte do Ministério da Marinha.

É só isso.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem, se V.Exa. me permite, antes de responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Questão de ordem.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Eu formulei a pergunta exatamente nos termos da conclusão do Deputado Júlio Delgado: se houve celeridade ou não no trâmite, e a testemunha já havia respondido. É só por uma questão de ordem, louvando sempre a habilidade do Deputado Júlio Delgado, que empobrece a advocacia, porque poderia estar deste lado aqui.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Deputado, V.Exa. me permite? Eu acho que não ficou clara a minha colocação. Não é que a Labogen ia entrar no projeto daqui a 2 anos. Na verdade, ela teria 2 anos para produzir o IFA. Esse projeto executivo tem um cronograma de transferência de tecnologia. Então, quando sai o registro, a EMS, que já tinha esse registro, vai começar a passar essa tecnologia para o laboratório. Ela tem 5 anos para passar, isso tem um cronograma. Ela passa, no primeiro ano o fornecimento é todo pela EMS. No segundo ano, a EMS vai fazer a inclusão do IFA, por quê? O contrato, a parceria, na verdade, foi feita anteriormente. Ele vai ter até o segundo ano para produzir esse IFA e entregar para a EMS, que vai incluir, porque isso tem um trâmite na ANVISA, esse novo fabricante — que chamamos inclusão de novo fabricante —, e aí vamos começar, no terceiro ou quarto ano, a fazer o produto com o IFA nacional. No quarto ano, o laboratório público já começa a produzir também esse medicamento, para, no quinto ano, que é a transferência total da tecnologia, ele ser produzido integralmente pelo laboratório.

Então, na verdade, eu devo ter colocado de forma errada. Não é que aceleramos, colocando que a Labogen só ia entrar em 2 anos. Não, na verdade, aqui assinamos, e ela tem até o segundo ano para produzir esse IFA.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - A parte técnica de verificação da possibilidade é feita por vocês, mas a aprovação do laboratório para fornecer não é feita por vocês, é feita pelo Ministério da Saúde.



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim. A aprovação do projeto executivo...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O credenciamento das empresas privadas, para fazer parte da PDP, no caso Labogen, EMS, não é feito pela Marinha, é feito pelo Ministério da Saúde.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. Nós credenciamos...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Tecnicamente.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - A EMS e a Labogen, e enviamos o projeto executivo para o Ministério da Saúde. Quem define se aquilo é viável, se concorda com aquilo, se é interesse do Ministério, se realmente cabe naquela condição que está no cronograma de transferência de tecnologia é o Ministério.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quem aprova, então, é o Ministério da Saúde?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, o Ministério. A gente pode mandar dez projetos executivos, e o Ministério aprovar um, nenhum, três, dois. Depende de eles aprovarem ou não, dentro dos critérios técnicos deles.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Tanto a autorização é deles como partiu deles também a suspensão do contrato?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não foi pelo Ministério da Marinha?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não. O próprio Ministério que suspende.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Muito obrigado.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Mandamos trimestralmente um relatório. A qualquer tempo, podemos indicar também para o Ministério que a farmoquímica ou a farmacêutica não está passando a tecnologia. Então, fazemos um acompanhamento.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Agora, vamos imaginar que esse contrato tivesse sido celebrado e que vocês tivessem aprovado tecnicamente na parte do Ministério da Marinha, tivessem passado para o Ministério da Saúde e não tivesse vindo à tona nada disso. Aí vocês iam verificar *in loco* o funcionamento da



Labogen. Detectado que a Labogen não teria condições, vocês poderiam, assim, denunciar a PDP?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Poderíamos falar com o Ministério, sim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Mas o que não chegou a acontecer porque não houve suspensão.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, nós não fomos lá.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Antes de passar a palavra ao advogado, complemento rapidamente. Quando vocês fazem essa parceria, a Marinha tem retorno, tem parceria com o laboratório, tem interesse, a Marinha é remunerada por isso? E quando esses projetos básicos são encaminhados para o Ministério da Saúde, vocês mandam o projeto básico, em princípio, já têm a inspeção *in loco* deles, ou esse caso da Labogen é normal? Porque vocês encaminharam para o Ministério da Saúde antes de visitarem as instalações. É normal isso?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - É normal.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não há repasse de orçamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - E quanto a essa parceria? Vocês têm remuneração?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Tem remuneração. A parceria, no primeiro ano — eu não sou da área, mas o meu conhecimento é o seguinte —, é produzida integralmente pelo laboratório privado, mas a Marinha recebe uma parceria porque ela é que vai distribuir e fazer logo nesse primeiro momento a parte, talvez, de qualidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Mas a Marinha tem alguma atuação no Ministério da Saúde com interesse de agilizar ou de resolver também, porque a Marinha tem interesse de resolver por ser parceira do laboratório?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não, segue o trâmite normal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Mas a Marinha tem interesse em que se resolva, ou não?



**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - O interesse é do retorno não só financeiro como da transferência de tecnologia para trazermos esses produtos também para a família naval, para os sistemas de saúde.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Há repasse orçamentário e financeiro nesses processos da Marinha, ou ele é do Ministério da Saúde? Na celebração dos convênios com as empresas privadas, com os laboratórios privados, tem orçamento da Marinha, ou é orçamento exclusivo do Ministério da Saúde?

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Deputado, as parcerias acontecem, e, depois, lá no final, quando houver todo o registro do produto, já houver condição de fornecer, quando o Ministério da Saúde houver centralizado essa compra, ele vai comprar desse consórcio, dessa parceria. Nessa hora, o laboratório ganha, porque vai distribuir, ganha porcentagem, e o laboratório privado ganha, porque vai fornecer para o Ministério. E o Ministério, teoricamente, na parceria — essa é a intenção do Programa de Investimento no Complexo Industrial da Saúde, o PROCIS —, ganha, porque está baixando o custo; comprava por um preço maior e está comprando por um preço menor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu só estou perguntando se, na celebração desse convênio, não há repasse de recurso do Ministério da Marinha para o laboratório.

**O SR. PAULO RICARDO DE SOUZA E SOUZA** - Não sei informar, acredito que não. Até onde sei, acho que não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Indago ao advogado Michel Saliba se deseja usar a palavra.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Com relação a reperguntas à testemunha, eu estou satisfeito. Após a dispensa da testemunha, quero encaminhar alguns requerimentos. Mas V.Exa. indica qual o momento adequado, e a defesa aguarda. Ou, se me permitir, posso formular desde logo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Não, vamos já pedir. Pode fazer, porque vou fazer o encerramento.

**O SR. MICHEL SALIBA** - É o seguinte. Há uma testemunha, Sr. Presidente, Prefeito Altair Zampier, de Pitanga, no Estado do Paraná. Em razão de problema de saúde, falei com ele por telefone, e insisti para que viesse hoje. Então, para que não



percamos a testemunha e na tentativa até de imprimir maior celeridade ao caso, eu acho de vital importância esclarecer a questão da auditoria, que não veio ainda do Ministério da Saúde.

Há um servidor do Ministério da Saúde, Fabrício de Oliveira Braga. A defesa requer a substituição, então, de Altair Zampier por Fabrício de Oliveira Braga, Consultor Jurídico do Ministério da Saúde que coordenou a auditoria. De repente, podemos ser exitosos no convite e conseguiremos ouvir, na semana que vem, porque o Ministério da Saúde não é tão longe daqui.

**(Não identificado)** - Como servidor da Marinha, ele virá.

**O SR. MICHEL SALIBA** - É, veio do Rio. Então, o requerimento é nesse sentido.

E já aquele que formulei em relação à auditoria, que se reiterasse, lamentando mais uma vez a ausência do poder coercitivo e convocatório do Conselho de Ética, mas o que, obviamente, não é culpa de V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Bem, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes.

Convoco reunião para a próxima semana, dia 28 de julho de 2014 e dia 29 de julho de 2014, esperando a confirmação do Deputado Andre Vargas e das testemunhas.

Se o Deputado Andre Vargas não vier no dia 28, então, faremos no dia 29, à tarde, com as testemunhas e com a presença dele — Deputado Andre Vargas.

Declaro, então, encerrada esta reunião.